

Como o conselho escolar pode contribuir para uma gestão democrática participativa: utilizando o processo de compras da merenda pelo programa pnae.

Danieli Almeida de Araújo Rodrigues Bulhões^[1], Elaine Cristina Batista de Oliveira^[2]

^[1]danieliaraujo@bol.com.br. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB – Campus JP. ^[2]Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB – Campus JP/Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o funcionamento do processo de aquisição da merenda escolar, através do Programa PNAE, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Renato Fonseca Filho, localizada na cidade de Cuité de Mamanguape-PB, para poder compreender se há uma gestão democrática participativa nas escolas através dos conselhos escolares, foi observado e analisado por meio de análises documentais e entrevistas não-estruturadas, buscou-se compreender como se dá todo o processo de compra da merenda, como aporte teórico foi utilizado Peroni e Adrião os quais nos deram embasamentos sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, os portais do FNDE e os documentos presentes na escola e alguns artigos periódicos sobre o tema Conselho Escolar e Gestão Democrática. Essa pesquisa teve caráter qualitativo, como foco na abordagem da pesquisa aplicada, utilizando-se o roteiro de observação, observação participativa, entrevista não-estruturada e da análise documental de arquivos presentes na escola. Após a análise dos documentos, pesquisas, entrevistas e observações podemos concluir que muitas medidas ainda precisam ser tomadas para que de fato haja uma participação maior da comunidade no processo de compra da merenda escolar.

Palavras-chave: Conselho escolar. Gestão democrática. Tomada de decisão. Merenda escolar.

Abstract

This work aims to analyze the functioning of the school food acquisition process, through the PNAE Program, at the State School of Primary and Secondary Education Professor Renato Fonseca Filho, located in the city of Cuité de Mamanguape-PB, in order to understand if there is a participatory democratic management in schools through the school councils, was observed and analyzed through documentary analysis and unstructured interviews, it was sought to understand how the whole process of buying the food is given, as a theoretical contribution was used Peroni and Adrian who gave us background on the Direct Money in School Program, the FNDE portals and the documents present at the school and some periodical articles on the topic School Board and Democratic Management. This research had a qualitative character, as a focus on the applied research approach, using the observation script, participatory observation, unstructured interview and the documentary analysis of files present in the school. After analyzing the documents, researches, interviews and observations, we can conclude that many measures still need to be taken so that there is in fact a greater participation of the community in the process of buying school meals.

Keywords: School council. Democratic management. Decisionmaking. Schoollunch.

1 Introdução

Esse estudo reflete uma pesquisa realizada em torno do funcionamento dos Conselhos escolares, mas especificamente na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Renato Fonseca Filho, localizada na cidade de Cuité de Mamanguape. Os conselhos escolares estão presentes desde a década de 80, mas de lá até os dias atuais houve algumas

modificações no seu processo de democratização. Principalmente no que tange a relação de aproximação entre escola-comunidade, já que observou-se que o principal objetivo da criação dos conselhos escolares, que é de garantir a participação democrática da comunidade na escola, em muitos momentos pareceu perder a direção.

Nesse sentido, considerando a importância do conselho escolar em contribuir

para a gestão democrática participativa na escola, no qual a escola e a comunidade participem ativamente do mesmo, e o conselho escolar como órgão competente e responsável pelas decisões da compra da merenda e de compreender como esse processo ocorre, o problema que se constitui diante dessa situação é como a comunidade escolar pode ser melhor envolvida no processo de compra da merenda?

Já que o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), é um programa destinado a todas as escolas brasileiras, para a aquisição da merenda escolar, desta forma é necessário que haja um acompanhamento da comunidade escolar junto ao Conselho, para que fiscalizem como acontece todo esse processo.

Para melhor desenvolvimento do trabalho, foi tido como principal objetivo analisar como funciona o processo de aquisição da merenda, e como objetivos específicos, compreender todo o histórico de funcionamento do conselho escolar, em qual contexto, o mesmo está inserido, e por fim identificar se nesse processo ocorre efetivamente a participação democrática.

2 Referencial teórico

2.1 Caracterização do Local de Pesquisa

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Renato Fonseca Filho, localizada na cidade de Cuité de Mamanguape, município paraibano, localizado na região geográfica imediata de João Pessoa, limitada a norte com o município de Itaporanga, a leste com o município de Capim, ao sul com Sapé e a oeste com Araçagi, com área de 108.448 Km² e população de 6.349 habitantes, conforme informações estatísticas do IBGE (2016). Localizada na Avenida Severino Jorge de Sena, 980, centro, Cuité de Mamanguape-PB, a qual atua na área da educação básica, ofertando o ensino fundamental e médio a um público formado por alunos da região, dos quais 90% residem na zona rural e 10% na zona urbana- e a comunidade escolar de forma geral. Os alunos são oriundos de comunidades carentes e famílias de baixo poder aquisitivo e pais comumente analfabetos. A Escola funciona em três turnos, oferecendo no turno da manhã aulas para o Ensino Fundamental regular I e II, uma turma de AEE (Atendimento Educacional Especializado), e uma turma de correção de fluxo da idade certa,

projeto Alumbrar. No turno tarde são oferecidas turmas do ensino médio regular e uma turma de AEE, já no turno noite são oferecidos o ensino Médio regular e a Educação de Jovens e Adultos – EJA, tanto no segundo segmento do ensino fundamental, como no ensino médio, constituindo a única escola do município que oferece o ensino médio.

A Escola foi fundada no dia 08 maio de 1995. Seu nome foi dado em homenagem a uma pessoa de família politicamente influente na região, à época. Quando a escola foi fundada Cuité de Mamanguape era apenas um distrito que pertencia à cidade de Mamanguape, após 01 ano o distrito foi elevado a cidade em 1996. Inicialmente, a escola possuía pouca estrutura física, constando de apenas duas salas de aula, de modo que, quando passou a oferecer o ensino médio, utilizava como anexo sala de aula da escola municipal da cidade. Só em 2012 a escola passou por uma reforma da ordem de R\$ 620 mil, na qual foi realizada a ampliação do espaço e construção de um ginásio de esportes, o que resultou em 545 m² de área ampliada e 992 m² de área total. Trata-se de um órgão da administração pública direta, vinculada à Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e, portanto, é um ator do campo Estado/ políticas públicas, o qual, segundo Malmegrin (2012) é constituído de organizações bastante complexas, com estruturas hierárquicas.

O prédio da Escola pesquisada é composto por 08 salas de aula, sendo uma delas sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado); 01 biblioteca; 01 laboratório de informática; 03 Banheiros, sendo 01 feminino, 01 masculino e 01 para cadeirantes; 01 sala para professores; 01 cozinha; 01 dispensa; 01 diretoria; 01 pátio; 01 quadra. Em 2018, o número de alunos matriculados nessa unidade escolar é de 545 alunos, distribuídos nos três turnos de funcionamento e em turmas que alocam de 25 a 35 estudantes. O quadro de pessoal da instituição é formado por uma Diretora e uma vice-diretora que alternam os horários de trabalho, 24 professores alocados nos três turnos, sendo 04 deles efetivos e os demais, prestadores de serviços. Além desses funcionários ainda há a equipe de apoio: 02 Merendeiras, 03 porteiros, 03 assistentes escolar, 03 auxiliares de serviços. Em relação aos documentos básicos orientados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – LDB (Lei nº 9.394/1996), a escola mantém atualizados anualmente o Projeto Político Pedagógico – PPP e o Regimento Interno, os

quais são de conhecimento da comunidade escolar e contam com representantes de cada categoria desta nas atualizações e reformulações que sofrem a cada ano, com o objetivo de adequá-los à realidade do ano letivo, contemplando aspectos pedagógicos e normativos da instituição.

Em relação aos alunos, que por morarem, em grande maioria, na zona rural e a escola se localizar na zona urbana, são conduzidos via transporte escolar, o qual é administrado através de parceria entre executivo estadual e o executivo municipal, pela qual este administra os recursos encaminhados por aquele, o que gera uma situação de dependência em relação à rede municipal de ensino, já que o transporte é utilizado por alunos da rede estadual e municipal e se, porventura, a rede municipal atrasar o início das aulas ou paralisar suas atividades, a rede estadual sofrerá com as consequências de tais fatos, porque o transporte escolar segue o calendário da rede municipal, o que demonstra uma disfunção na parceria ali instalada, podendo causar prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem do aluno. O contexto social do corpo discente da instituição é bastante delicado, considerando os diversos arranjos familiares apresentados pelos alunos que, rotineiramente moram com os avós, com parentes, ou apenas com o pai ou a mãe, tornando cada vez mais escasso o modelo familiar tradicional. Cada aluno protagoniza uma história de lutas, resistências e rupturas com o conjunto de valores morais que, outrora, modelava a educação das crianças da época e hoje são considerados como ultrapassados, permitindo com que as quais apresentem comportamentos diversos que vão desde o desinteresse pelas aulas até o tratamento hostil para com colegas, professores, gestão escolar e funcionários, além de déficits de aprendizagem e analfabetismo funcional, fatores responsáveis pela considerável queda nos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

A atividade-fim da EEEFM Prof. Renato Fonseca Filho é o serviço de educação básica, nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos, o qual corresponde a um serviço do tipo atendimento direto, conforme a classificação de Malmegrin (2012). Em paralelo, oferece ainda, o atendimento escolar especializado e o fornecimento de merenda escolar aos alunos regularmente matriculados. O serviço

educacional brasileiro é regido primeiramente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – LDB (Lei nº 9.394/1996) e é financiado por recursos públicos originários da “receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; receita de transferências constitucionais e outras transferências; receita do salário-educação e de outras contribuições sociais; receita de incentivos fiscais; outros recursos previstos em lei”, conforme ao art. 68 da referida lei, o que demonstra o caráter subsidiário da educação brasileira. Em nível estadual, as escolas da rede observam às Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, as quais são lançadas anualmente e se baseiam na LDB, além do Regimento Escolar, Plano de Intervenção Pedagógica e Projeto Político Pedagógico, que representam legislações próprias, atualizadas anualmente com participação da comunidade escolar.

2.2 Conselho escolar x gestão democrática

O **Conselho Escolar** é um órgão de colegiado que tem como representantes todos os segmentos da comunidade escolar, o mesmo tem como objetivo fortalecer e expandir a participação de toda a comunidade, seja ela formada por gestor, professores, pais, alunos, e demais funcionários escolares, os quais como membros do conselho devem contribuir de forma ativa tanto para a organização e aplicação de recursos como também para a organização de planos, metas e projetos escolares, garantindo assim que de fato aconteça uma gestão de forma democrática.

A legitimação da formação e estabelecimentos dos conselhos escolares nas escolas está presente no artigo 14 da LDB/96:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público da educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico

da escola; II) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 1996, p. 4)

Sabemos que durante muitos anos, até os dias atuais o perfil dos conselhos escolares se dão de forma pouco democrática, onde as partes envolvidas não são ouvidas ou consultadas por determinado assunto, apenas assinam as atas registradas, para tentar assegurar que houvesse a participação de todos os envolvidos, como forma de garantir o orçamento da instituição. Assim, os princípios de gestão democrática participativa perpassa apenas pela obrigatoriedade determinada pela lei, mas sofre algumas perdas ideológicas em seu processo de ser. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) atestou que com “A ausência de determinadas vozes na conjunção de esforços para a definição dos rumos da gestão escolar e a necessidade da presença de outros sujeitos com vistas a se compor um quadro multirreferenciado, necessário ao enfrentamento à crescente complexidade dos problemas escolares, sustentam os argumentos em favor da constituição e incremento dos conselhos de escola, instituições que devem contar com a presença de representantes de todos os segmentos escolares, conforme a LDB, no artigo 14, II (BRASIL, 1996).

Sendo assim os Conselhos escolares se tratando de tomada de decisões podem ser classificadas em quatro aspectos, que são elas: Deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadora.

As Deliberativas decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovando problemas e elaborando normas internas, normas estas que estão ligadas a questões sobre o funcionamento interno da escola nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro. Quando são Consultivas têm um caráter de auxiliar, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções para os problemas que venham ser apresentados. Já as Fiscais acompanham a execução das ações pedagógicas, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas. E quando Mobilizadora promovem a participação, de forma, democrática garantindo assim a participação de toda comunidade escolar.

A Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, com o intuito de contribuir para uma educação de qualidade, criou os Conselhos Escolares, através do Decreto nº 18.068/95, publicado no Diário Oficial de 29 de dezembro de 1995. O conselho Escolar é uma instituição integrante da sociedade civil, o qual possui um poder deliberativo em relação ao processo de gestão democrática, tem personalidade jurídica de direito privado, e não possui fins lucrativos. Sendo assim o referido conselho possui autonomia para exercer direitos e adquirir obrigações, com os recursos recebidos de órgãos governamentais, de entidades públicas e privadas, de doações, bem como de provenientes de campanhas escolares e outros.

O conselho escolar respalda-se na legislação, tanto nas constituições federais e estaduais, bem como na Lei 9394/96- LDB. Houve a publicação de uma portaria de nº 506, de 19 de dezembro de 1997, proibindo o acúmulo de funções para diretores e vice-diretores, surgindo assim a função de Presidente de Conselho Escolar nas escolas Estaduais da Paraíba.

Desta forma a comunidade escolar passa a ser representada por uma Assembleia Geral constituída de sócios efetivos, sendo eles pais de alunos, diretor, vice-diretor, professores e alunos, e de sócios colaboradores, que são o pessoal técnico administrativo, pais de alunos, ex-diretores, ex-professores, ex-alunos, desde que os mesmos demonstrem interesse de prestar serviço a instituição educacional.

A eleição é realizada por meio de votos, e há alguns critérios para que haja a escolha dos candidatos apresentados, dentre eles, o mais importante é que o candidato tenha conhecimento da legislação que rege a criação e o funcionamento dos conselhos e faça parte do convívio escolar.

Logo após a votação, os membros escolhidos tomam posse, os quais são compostos por todos os segmentos da comunidade escolar. Os membros atuais do Conselho Escolar tomaram posse aos 22 dias do mês de junho de 2017 no turno da manhã, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 18.068 de 28/12/1995, logo em seguida é registrada em ata todo o processo de eleição e posse, sendo a mesma registrada em Cartório. A vigência de cada eleição tem duração de 2 anos.

Na escola pesquisada os membros atuais são compostos por um presidente e vice-

presidente, os quais são atualmente professores da referida escola, pela secretária escolar, por três professores e três alunos, onde cada um representa um turno, sendo eles: manhã, tarde e noite.

No conselho escolar existem dois tipos de reuniões as ordinárias e as extraordinárias, pela pesquisa realizada percebe-se que as reuniões que tem mais frequências são as ordinárias.

Várias são as decisões que os membros dos conselhos devem tomar para que haja de forma efetiva um trabalho coletivo, que envolva toda a comunidade e tome decisões que sejam efetivamente satisfatórias para um bom desempenho dos trabalhos exercidos perante o conselho. Dentre elas podemos destacar:

- Definir sobre as normas internas e o funcionamento da escola;
- Participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico;
- Analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões;
- Acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e;
- Mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação.
- Acompanhar e interferir nas estratégias de ação dentro da escola.

A escola recebe recursos de dois programas federais para execução dos serviços educacionais da rede, conjuntamente com o Governo do Estado, o qual repassa os valores para as contas de cada escola, e todos esses recursos passam pelos membros do conselho escolar para que sejam tomadas as decisões cabíveis. Tem-se o PDDE, que é o Programa Dinheiro Direto na Escola, o qual destina recursos financeiros, em caráter suplementar, para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, esses repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais; porém essa prática nem sempre condiz com a realidade e muitas vezes só entra nas escolas uma parcela. Em âmbito estadual, os principais recursos disponibilizados são o PDDE estadual, criado

pelo Decreto nº 29.462/2008 e consiste no “Repasse de recursos financeiros diretamente para as escolas da Rede Estadual de Ensino, tendo como objetivo o investimento na melhoria dos aspectos físicos e pedagógicos das Escolas.” (PARAÍBA, 2016, p. 18); e os recursos financeiros repassados diretamente à Organização Social para que esta desempenhe suas atribuições com eficácia. Outros recursos não financeiros também são disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado-SEE/PB e MEC, tais como, livro didático, fardamento escolar, carteiras escolares, kits de material escolar, dentre outros.

Como foco deste trabalho foi abordado o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Os recursos do PNAE são repassados pelo governo federal em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

Criado em 1955 o PNAE tinha com o nome de Campanha da Merenda Escolar, pelo Decreto nº 37.106 (31/03/1955), subordinado ao Ministério da Educação (MEC). Em 1979 seu nome foi alterado e passou a se chamar de Programa de Alimentação Escolar, em 1997 ele foi incorporado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sendo assim, o FNDE, autarquia vinculada ao MEC, é responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do Programa em âmbito nacional.

A fiscalização do programa fica diretamente por conta da sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino.

Quadro 01: Valor do repasse por aluno

Instituição	Valor
Creches	R\$ 1,07

Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	R\$ 0,53

Fonte: Portal do FNDE-PNAE, 2018

No início de cada ano letivo, há um processo licitatório, nele já consta toda a discriminação dos itens e da quantidade para ser entregue mensalmente durante todo o ano letivo, três empresas apresentam suas propostas, os membros do conselho escolar analisam a proposta de menor valor, esta será a empresa vencedora da licitação. Há uma reunião com os membros do conselho e um representante de cada empresa, para que assim haja a transparência em todo o processo licitatório.

Já para a licitação da Agricultura Familiar, até o ano de 2017 a escola que realizava todo o processo licitatório, a partir deste ano o processo licitatório foi realizado pelas gerências regionais, no caso da escola pesquisada, a 14ª gerência. Tiveram vários fornecedores para as 32 escolas da 14ª regional, e a distribuição dos fornecedores que ganharam o processo de licitação, foi por meio de fornecedores que tivessem proximidade com as escolas, desta forma para a escola aqui mencionada se tem apenas um fornecedor que é aqui mesmo da região, zona rural da cidade.

Durante o ano letivo, são pagas 10 parcelas, referentes à merenda escolar, para prestar contas do dinheiro pago nestas parcelas, mensalmente há uma reunião com a finalidade de apresentar as parcelas da merenda escolar, valores disponíveis, como foram gastos os valores disponíveis para a aquisição de alimentos para aquele mês. Neste caso são realizadas 10 prestações de contas referentes as 10 parcelas do PNAE, cada prestação de conta vai composta pelos seguintes documentos: Ofício destinado ao Secretário de Educação do Estado, Declaração de Recebimento da Mercadoria, Recibo, Nota, Extrato Bancário, Homologação e Adjunção da

Licitação e o Cardápio Mensal, essas reuniões acontecem no primeiro dia útil de cada mês.

3 Método da pesquisa

Tomando como ponto de partida o objetivo desta pesquisa, que foi analisar como funciona o processo de aquisição da merenda, foi decidido adotar o método de pesquisa qualitativa, de caráter explicativo, considerado assim o mais apropriado para o tipo de análise que se pretende fazer. Antes, porém, cabe-nos contextualizar o tipo de pesquisa escolhido para um melhor entendimento a respeito.

Foi utilizado o roteiro de observação, (ver apêndice A), para subsidiar toda a pesquisa.

A metodologia utilizada foi de uma abordagem qualitativa, utilizando-se de uma pesquisa aplicada, e como instrumentos de pesquisa foi utilizado a observação participante, pois “[...] a observação constitui elemento fundamental para a pesquisa”, (Gil, 2006, p. 110). Já que uma das pesquisadoras, Danieli Almeida, faz parte do quadro de funcionários da referida escola. Para melhor compreender a questão abordada foi utilizado também a entrevista não-estruturada, já que neste instrumento de pesquisa o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção, permitindo assim uma exploração mais amplamente da questão, sendo assim para essa coleta a escolha da entrevista “[...] tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 179).

A entrevista foi realizada no período de 10 a 14 de setembro, com alguns membros do conselho escolar, Presidente, vice-presidente, dois representantes de professores, dois representantes de pais e dois de alunos, foi entrevistada também a gestora da escola, uma funcionária de apoio, um aluno e um pai que não fazem parte do conselho da respectiva escola, a forma de escolha para os membros do conselho, por estarem ligados diretamente às escolhas e ao funcionamento do mesmo, para os que não fazem parte, a escolha foi realizada de forma aleatória, já que durante o dia das entrevistas essas pessoas estavam na escola, e como se teve a necessidade de entender a compreensão de outras pessoas da comunidade escolar sobre o problema proposto na pesquisa, essa entrevista foi realizada para que se pudesse entender e compreender a opinião dos

entrevistados sobre como ocorre o funcionamento e a democracia dentro do respectivo conselho. O roteiro da entrevista encontra-se no apêndice B.

A observação participante foi realizada no âmbito escolar, tendo a participação da pesquisadoras reuniões mensais relacionadas à prestação de contas do PNAE, desta forma compreendeu-se um pouco deste processo. Também foi utilizada a análise documental dos arquivos que a escola possui referente ao conselho escolar, já que esses documentos foram de extrema importância para a construção deste trabalho, pois os mesmos deram embasamento para a construção deste artigo, pois “As fontes de papel muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientes para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos, só se torna possível a investigação social a partir de documentos.” (GIL, 2006, p. 160). As fontes que foram utilizadas na pesquisa foram Atas do conselho escolar, as prestações de contas do PNAE, o processo licitatório de aquisição da merenda, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Interno da escola, o Regimento do Conselho Escolar, e a documentação que rege a lei do Conselho Escolar Estadual na Paraíba.

4 Resultados da pesquisa

Para desenvolver a análise dos dados coletados, como já mencionado foi realizada uma análise documental, além de contar com os arquivos e documentos existentes na escola, tais como, Projeto político pedagógico, o Livro de Atas do Conselho Escolar, o Estatuto do Conselho, o Regimento interno da escola, e prestações de contas do PNAE, foram realizadas muita pesquisa no site do FNDE, desta forma foi seconstruindo todo o aporte teórico da pesquisa.

O objetivo com tais procedimentos foi compreender todo o processo histórico dos conselhos escolares, como surgiram e como funcionam até os dias atuais e, principalmente, conhecer como se dá o processo de aquisição da merenda escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE.

Com problema proposto, como a comunidade escolar pode ser melhor envolvida no processo de compra da merenda? A partir daí foi delimitado como principal objetivo analisar como funciona o processo de aquisição da merenda, e como objetivos específicos,

compreender todo o histórico de como funciona o conselho escolar, em qual contexto o mesmo está inserido, e por fim identificar se nesse processo há participação democrática.

Do ponto de vista qualitativo, foi possível identificar as principais influências teóricas que subsidiaram a criação dos conselhos escolares, e toda modificação decorrente dos anos no processo de aquisição da merenda escolar, tornando assim cada vez mais uma prática democrática.

Quadro 02: Influências teóricas que subsidiaram a criação dos conselhos escolares.

Conceito/Prática do conselho escolar.	Resultados atuais
Tem como pressuposto o exercício de poder da participação das comunidades escolar e local	Estratégias para uma gestão mais democrática.
Congrega a síntese do significado social da escola.	Constitui voz da pluralidade dos atores sociais a que a escola possui.
É um instrumento de tradução dos anseios da comunidade.	Participação dos membros do conselho, escolhidos para representar a sociedade.
Possui normas à sua constituição e funcionamento.	Limita o espaço de exercício da autonomia da escola, no sentido da criação da própria norma.
Democratização, “palavra que só existia no papel”.	Hoje com a globalização esse contexto mudou, a democratização se tornou algo essencial para o bom desenvolvimento dos conselhos escolares.

Fonte: Elaboração Própria – 2018

O quadro 02 retrata um pouco de quando houve a criação dos conselhos escolares, e de como funciona atualmente, houveram mudanças relativas com resultados positivos, porém percebe-se que ainda precisa-se ter mais autonomia e um conceito de democratização mais abrangente no que tange a participação de toda comunidade escolar.

No quadro 03 será abordado alguns problemas observados durante a pesquisa no que tange a democracia do conselho escolar dentro da escola.

Quadro 03: Problemas identificados e sugestões de Melhorias para o funcionamento mais democrático do Conselho escolar.

Problemas Identificados	Sugestões de Melhorias
Falta de uma maior interação entre pais e alunos da escola.	Organização de eventos e palestras por parte dos membros do conselho e gestão da escola, para que envolvam todos os pais e alunos.
A comunidade não sabe como ocorre o processo de aquisição da merenda.	Que a reunião para escolha da licitação de menor valor seja aberta para toda comunidade escolar.
Falta de divulgação dos valores gastos na aquisição da merenda.	As prestações contas do PNAE fiquem expostas no mural da escola.
Boa parte da comunidade escolar desconhece o que é um processo licitatório.	Uma vez por ano, no início do ano letivo ocorra uma reunião com toda comunidade para apresentação de como funciona o conselho escolar e o que ele abrange.

Fonte: Elaboração Própria – 2018

Para elaborar esse quadro 03, foi utilizado a entrevistanão-estruturada realizada com alguns membros do conselho escolar, pais, alunos e funcionários da escola, como a pesquisadora deste trabalho está diariamente no âmbito da pesquisa a entrevista ocorreu mais de forma informal para obtenção de dados que enriquecesse a pesquisa.

Após toda a análise, pesquisas, entrevistas e observação, percebeu-se que há sim uma participação ativa da comunidade escolar, mas que muito ainda precisa se fazer para que de fato essas reuniões e todo o processo de aquisição da merenda, sejam mais democraticamente participativo, garantindo assim a participação de toda comunidade escolar, apesar de haver membros representando essa classe no conselho escolar, falta ainda uma interação maior com pais, e demais alunos, quando se fala em torno de mostrar para eles de onde vem a merenda, de como é realizado o processo licitatório, como a mercadoria chega a escola, como a mesma foi adquirida, quais valores estão disponíveis para essa aquisição, quanto de recurso a escola recebe por aluno para a aquisição da merenda, muitas são as informações que ficam apenas atreladas aos membros do conselho, devendo assim ser repassada à todos da comunidade escolar.

Na entrevista pôde-se perceber que as reuniões ficam apenas retidas aos membros do conselho, e que não repassados para a comunidade as decisões tomadas por eles, segundo um dos pais entrevistados quando foi perguntado se ele já havia participado de algum evento na escola para falar sobre o Conselho escolar o mesmo disse “Não, nunca fui chamando para este tipo de evento, na verdade nem lhe dizer para que serve esse conselho escolar”. (Pai 01)

Já quando um aluno foi entrevistado e lhe perguntado se ele sabia como era realizado a aquisição da merenda, e quanto era gasto mensalmente, ele também não soube responder, “Acredito que nenhum aluno daqui da escola tenha essas informações.” (Aluno 01)

As entrevistas realizadas com os membros do conselho da escola as respostas foram quase que unânimes em relação a participação da comunidade escolar, “Os membros do Conselho, nem a gestão da escola nunca pensou em realizar nenhum evento, nem nenhuma reunião para divulgar as informações voltadas ao conselho.” (Membro 01).

Quanto às prestações de contas da merenda não foi diferente, quando perguntado onde ficava essas informações as respostas foram praticamente as mesmas, “As prestações de contas ficam guardadas na sala da direção.” (membro 02).

“As prestações ficam todas guardadas, mas ninguém nunca pede pra vê-las.” (Membro 03).

Sendo assim deveria haver reuniões, eventos, palestras organizadas pela gestão escolar e membros do Conselho para que tais informações fossem apresentadas aos demais. E que houvesse também a participação por voz dessas pessoas.

5 Conclusão/Considerações

Sendo assim, podemos compreender que os conselhos escolares são de suma importância para o desenvolvimento dos processos burocráticos da escola, e responsável por todos os valores em dinheiro que os programas, sejam eles estaduais ou federais, repassam para as escolas, desta forma é de direito dos membros do Conselho fazer com que haja transparência em tudo que for de sua competência, garantindo também que toda a comunidade participe democraticamente dos assuntos em que se

precisam tomar decisões importantes para o bom funcionamento escolar, ou em alguns casos apenas para tomar conhecimento.

Percebemos que desde quando houve a criação dos conselhos escolares para os dias atuais, houve muitas mudanças, uma delas foi a democratização, a qual era a principal ideia desde o início, porém não acontecia com tanta frequência como era para ser, mas com a globalização essa necessidade de que realmente houvesse participação ativa de toda comunidade escolar, além dos membros que já fazem parte oficialmente do conselho se tornou mais evidente.

Desta forma após toda pesquisa percebemos que falta um pouco mais de participação da comunidade escolar nas decisões e informações ao que gere o conselho escolar, principalmente o que tange o PNAE, acreditamos que se houvessem encontros temáticos formativos para além das reuniões que já são obrigatórias, essa democracia seria mais potencializada.

Assim essa participação da comunidade iria funcionar como um amplificador e novos modelos de cooperação escola-conselho-comunidade. Pois existe uma grande necessidade de se investir em uma nova cultura política em que possamos entender o significado de democracia.

Referências

LEGISLAÇÃO DOS CONSELHOS ESCOLARES Disponível

em: <<http://files.ewsa.com.br/200000175-08dd509d8a/CONSELHO%20ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2018.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 98, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. **Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.** Brasília: Casa Civil, 1998. Disponível em: . Acesso em: 02set. 2018.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Portal do FNDE. Histórico. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>> Acesso em: 07set. 2018.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**, Brasília, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas S.A, 2006.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. **Gestão logística**. 2. ed.reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes Públicas de cooperação em ambientes federativos**. 2. ed.reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2012.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Quadro 04: Roteiro da Observação Participante

Entender o que é o conselho escolar e como funciona.
Identificar em qual contexto o conselho escolar está inserido.
Existem procedimentos internos?
Coletar dados das atas de reuniões.
Analisar as prestações de contas do PNAE.
Participar de algumas reuniões do Conselho.
Verificar como ocorre a relação conselho escolar X comunidade escolar.
Sugerir melhorias para que haja de fato a participação de toda comunidade escolar.

Fonte: Elaboração Própria – 2018

APÊNDICE B – ENTREVISTA NÃO-ESTRUTURADA

1. Para você o que é gestão democrática?
2. Você conhece o Conselho Escolar da escola?

3. Você, já foi convidado a participar de algum evento realizado pelo Conselho Escolar?
4. Tem conhecimento de como é realizado todo o processo licitatório para aquisição da merenda?
5. Conhece como é realizado a aquisição da merenda escolar?
6. Sabe quanto é pago por aluno para aquisição da merenda?
7. Gostaria de participar ou de ser informado sobre as questões anteriores?